

POLITÉCNICO DE LISBOA
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

Conselho de Representantes

Reunião Plenária

Ata n.º 6

Aos dezanove dias do mês de outubro de 2022, pelas catorze horas e trinta minutos, na Sala de Atos da Escola Superior de Educação de Lisboa, reuniu o Conselho de Representantes com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações

2. Apreciação do Relatório de Atividades da ESELx, referente ao ano de 2021.

Estiveram presentes os/as conselheiros/as constantes na lista anexa (Anexo 1).

1. Informações

O presidente deste órgão informou o plenário de que, à luz do artigo 13.º, ponto 3, dos Estatutos do Conselho de Representantes, a conselheira efetiva Patrícia Baleiras, que deixou de estar matriculada na ESELx, foi substituída pela conselheira terceira suplente do corpo de estudantes, Fátima Santos. Tal substituição ocorre porque as duas primeiras suplentes, as estudantes Vera Neto e Raquel Santos, não se encontram matriculadas no presente ano letivo.

O presidente, em nome do Conselho de Representantes, agradeceu a participação de Patrícia Baleiras neste órgão, desejando-lhe as maiores felicidades pessoais, e deu as boas-vindas à nova conselheira, Fátima Santos. Felicitou ainda o docente Miguel Falcão que integrou o conselho, ocupando o lugar da conselheira Teresa Leite que se aposentou.

2. Apreciação do Relatório de Atividades da ESELx, referente ao ano de 2021

O presidente abriu o ponto de apreciação do Relatório de Atividades da ESELx referente ao ano 2021, com a projeção do documento, sugerindo que se percorresse o mesmo e

se fizesse a apreciação por pontos. Antes das apreciações por pontos, alguns conselheiros pediram a palavra para apresentarem apreciações gerais.

Bianor Valente alertou para a necessidade de cumprimento de prazos de entrega dos relatórios e planos, pois são instrumentos fundamentais para a organização e planificação, ficando comprometidas essas ações se os prazos não forem cumpridos.

Miguel Falcão recordou o artigo 14º dos Estatutos da ESELx, designadamente o que diz respeito aos prazos indicados, acrescentando não haver necessidade de ser solicitada a sua entrega. Acrescentou ainda que, caso o prazo definido não seja exequível, será preferível alterá-lo no texto dos Estatutos.

Margarida Rodrigues sugeriu que se considere introduzir uma alteração aos Estatutos da ESELx no que se refere a prazos, considerando a necessidade de articulação com as datas de elaboração dos relatórios de outros órgãos, que antecedem a elaboração deste.

Bianor Valente questionou sobre a finalidade da presente apreciação, dada a data de realização do plenário mas também com o facto de que o relator do documento não estar presente na reunião. Após discussão entre os conselheiros considerou-se que se faria a apreciação, distinguindo os aspetos de pormenor a serem enviados para a presidência da ESELx e outros órgãos, enquanto futuros relatores de documentos desta natureza.

2.1 Apreciações sobre o Ponto 1: Ensino e oferta formativa

Paulo Rodrigues referiu-se à tendência de aumento de estudantes, questionando acerca da capacidade de acolhimento dos mesmos e sobre as medidas que têm sido tomadas ou venham a ser tomadas nesse sentido. O conselheiro sugeriu que se faça um estudo que permita perceber a distribuição do número de estudantes por curso e que analise as distribuições de serviço docente face aos vários cursos, para que seja conhecido o peso dos professores por categorias profissionais e modalidades de vínculo laboral (nomeadamente a natureza dos contratos a tempo integral e/ou parcial) afetos a cada curso.

Bianor Valente reforçou a importância do estudo sugerido pelo Paulo Rodrigues. Na sua perspetiva, não tem sido dada a devida atenção ao funcionamento dos cursos de licenciatura, apesar do 1.º ciclo de estudos representar mais de 70% do total de estudantes inscritos. Este cenário contrasta com o elevado investimento que, nos

últimos anos, tem sido realizado com vista à diversificação da oferta formativa de mestrados pós-profissionalizantes e de pós-graduações, cursos que representam apenas cerca de 10% do total de inscritos na escola. A conselheira questionou ainda sobre o baixo número de inscritos na Pós-graduação em Educação Inclusiva, sublinhando a necessidade de se perceber o que sucedeu para explicar perdas tão significativas (em dezembro de 2021 estavam inscritos apenas 10 estudantes, o que corresponde a uma taxa de preenchimento de vagas abaixo dos 50%, como se pode ler no relatório), o que terá necessariamente implicações financeiras. Ainda no que se prende com o número de estudantes inscritos por cursos, sublinhou a sua preocupação com a licenciatura em Música na Comunidade, acrescentando que ao número reduzido de inscritos acrescem as baixas taxas de sucesso educativo, considerando ser necessário que se compreenda as razões de taxas tão baixas. A conselheira questionou ainda sobre a parceria entre a ESELx e a ESML, assinalando que persistindo os problemas reportados noutros órgãos seria necessário que tal fosse evidenciado no presente relatório. A conselheira alertou ainda para a necessidade de o relatório incluir dados sobre o número de estudantes inscritos no mestrado Erasmus Mundus Joint Master Degree: Play, Education, Toys and Language (PETaL). Sem esta informação não é possível avaliar se a diminuição do número de bolsas está a ter impacto no número de inscrições e, consequentemente, na sustentabilidade do curso.

Miguel Falcão numa nota introdutória assinalou que o documento em apreciação carece de informação assim como de uma dimensão interpretativa e analítica que explique e enquadre os dados que considera que deverão ser mais detalhadamente apresentados. Deu como exemplo os dados sobre a licenciatura em Música na Comunidade.

Jaden Gomes reforçou a intervenção de Paulo Rodrigues acerca da capacidade da ESELx para acolher o aumento do número de estudantes.

Paulo Rodrigues considerou que as questões levantadas merecem atenção, mas que parte dos outros relatórios elaborados na ESELx e que fornecem informação ao relatório em análise, como o Relatório sobre a Qualidade de Ensino, os Relatórios de Curso ou os Relatórios de Unidade Curricular, não incorporam a informação que está a ser requerida, considerando, contudo, que deverão ser futuramente acrescentadas. O conselheiro afirmou ainda a necessidade de um maior e melhor esclarecimento das situações elencadas, nomeadamente em relação à Licenciatura em Música na Comunidade. Esse

grau de esclarecimento, disse, pode ser alcançado com alterações na estrutura do que é pedido nos relatórios dos cursos.

Laurence Vohlgemuth manifestou preocupações idênticas, questionando se a mobilização de recursos é proporcional ao número e distribuição de alunos por cursos. Laurence reforçou a primeira intervenção de Paulo Rodrigues acerca da capacidade da ESELx para o acolhimento do número crescente de estudantes e sugere que deve haver mais comunicação entre o presidente deste órgão e a presidência do Conselho Técnico-Científico sobre estas questões. No final, sugeriu que deste plenário resulte uma súmula a enviar às presidências do CTC e da ESELx.

Tiago Almeida assinalou a importância de ser incluído num documento desta natureza informações sobre a oferta formativa que não tenha aberto, por falta de candidatos, e uma análise mais fina acerca de desistências de estudantes e da frequência dos cursos. Outra questão colocada pelo conselheiro prende-se com a reduzida taxa de sucesso nos mestrados não profissionalizantes, uma vez que o relatório em apreciação apenas aponta para um número baixo de diplomados nesses cursos, sem avançar quaisquer explicações, que na sua opinião se prende com a natureza da oferta formativa.

Miguel Falcão retomou a sua preocupação para com a licenciatura em Música na Comunidade sugerindo que haja mais informação sobre este curso para que seja possível defender a sua permanência, dada a sua relevância e singularidade na oferta formativa nacional. Relativamente à questão sobre as taxas de diplomação de mestrados não profissionalizantes e pós-graduações, assinalou que se situam na média destes ciclos de estudos a nível nacional. Ainda assim, considera necessário que se tenham em conta sobretudo as taxas de sucesso no ano curricular, uma vez que uma parte dos estudantes não pretende, declaradamente, realizar o trabalho de investigação final com vista à obtenção do grau.

Jaden Gomes adiantou que a Associação de Estudantes está disponível para ajudar a esclarecer e a identificar as razões para o abandono precoce de estudantes nos diferentes cursos da ESELx, assinalando que a mesma poderá ser considerada como uma boa fonte para consulta de informação.

Joana Campos, a propósito das alterações a introduzir nos RUC e RAC, sugeridas por Paulo Rodrigues, considerou que se deve manter a automatização da exportação dos dados dos Serviços Académicos e do Gabinete de Gestão da Qualidade, por forma a permitir que haja maior capacidade para o desenvolvimento de análise, sendo, contudo,

necessário que se reveja e defina com maior clareza as dimensões analíticas a considerar.

Paulo Rodrigues defendeu ainda a este propósito que se deve uniformizar o que se pede por forma a que todas as coordenações de curso possam desenvolver a análise e apresentar informação relevante para a avaliação dos cursos.

Bianor Valente assinalou a necessidade de ser esclarecido o que deve conter cada relatório, não devendo ser confundindo o conteúdo dos relatórios elaborados pelo GGQ, com os da presidência da ESELx e outros.

Miguel Falcão assinalou ainda a importância de o conteúdo dos relatórios ser tido em conta, caso contrário considera que o processo suscita a desmobilização dos autores.

2.2 - Apreciações sobre o ponto 2: Investigação e criação artística

Bianor Valente considerou que a abertura e o funcionamento do primeiro PI&CA foi uma boa iniciativa por parte da presidência da ESELx. A conselheira manifestou dúvidas sobre a ação da presidência no que se prende com a contabilização das horas dos projetos de investigação, face à redução de horário de docência e ao modo como essa operação afeta a contabilidade na massa salarial dos docentes, os orçamentos, e ainda o cálculo de ETI da organização. Vários conselheiros manifestaram concordância com as preocupações expressas, sugerindo a necessidade de estes dados serem mais detalhadamente explicitados, em relatórios futuros.

Margarida Rodrigues sugeriu que se acrescentasse no texto do relatório em apreciação que os projetos financiados pelo PI&CA foram os únicos que se apresentaram na fase de candidatura, tendo sido todos considerados válidos para financiamento.

2.3 - Apreciações sobre o ponto 3: Internacionalização

Paulo Rodrigues considerou que a informação apresentada nesta secção do relatório é parcial, sendo necessário que em relatórios futuros seja introduzida mais informação, como por exemplo, uma listagem de ações a realizar e realizadas para que o acolhimento aos estudantes Erasmus seja mais eficaz.

Tiago Almeida relevou o facto de não terem sido feitas parcerias com instituições de países da CPLP, facto que merecia uma justificação explicativa no Relatório.

Joana Campos valorizou o aumento de alunos Erasmus *incoming*, mas chamou a atenção para a necessidade de haver condições, no funcionamento da escola, para acolher nas Unidades Curriculares dos diferentes cursos esses estudantes. Colocou algumas questões: como é que se distribuem esses alunos? Os contratos entre instituições para o acolhimento de alunos Erasmus obedeceram às estratégias previamente definidas? Afirmou que entre a chegada de estudantes Erasmus e a sua integração nas atividades letivas das Unidades Curriculares decorre um período demasiado alargado. Sobre as competências em língua, questionou se é estratégico para a nossa instituição definir o Inglês como língua única para o cumprimento desta programa, considerando que parte significativa dos alunos são oriundos de Espanha e França.

Bianor Valente assinalou que o problema que se deve considerar é o do desequilíbrio entre saídas e entradas, sugerindo para um plano futuro que seja considerada a divulgação do programa, bem como a alocação de verbas para apoio aos estudantes *outgoing*, por exemplo, com atribuição de bolsas para compensação dos custos. A conselheira interrogou-se ainda sobre que ações foram desenvolvidas para incremento do número de saídas. No que diz respeito à revisão dos contratos de mobilidade, no relatório pode ler-se que foram tácita e automaticamente renovados, dada a situação pandémica à época. A conselheira questiona ainda assim sobre que estratégia foi pensada para a atualização do elenco de parcerias estabelecidas entre os cursos da ESELx e de outros cursos europeus.

Jaden Gomes referiu-se a outros programas que apoiam a integração dos estudantes Erasmus, sugerindo uma maior divulgação de outros projetos Erasmus+, por exemplo de duas semanas. O conselheiro considerou ainda a necessidade de melhoria da comunicação entre a ESELx e o GRIMA. O conselheiro defendeu a aposta na língua inglesa, por corresponder a um dos indicadores de avaliação do programa.

Laurence Vohlgemuth recordou que a internacionalização é mais lata do que a mobilidade Erasmus, havendo por isso a necessidade de ser estabelecido um plano para definição de objetivos e estratégias da ESELx nesta matéria. A conselheira avança sugestões de melhoria, como a definição das áreas nos contratos e número de estudantes, para que seja gerido o fluxo.

João Santos avançou como explicação o reduzido número de estudantes da licenciatura em Educação Básica a participar no programa Erasmus, por ser considerado pelos mesmos como desvantajosa a quebra de sequencialidade curricular da formação.

2.4 - Apreciações sobre o ponto 4: Ligação com a comunidade

Susana Torres considerou que não está explanada informação necessária sobre as ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Resiliência e Recuperação (PRR), tratando-se apenas de um parágrafo, o que não reflete a totalidade do que foi realizado. A conselheira considerou ainda que o ponto 4.2 do Relatório - Visibilidade Social da ESELx - integra demasiada informação com diferentes níveis e incidências, assinalando ainda a necessidade de a mesma ser revista, por considerar haver uma confusão entre visibilidade social e comunicação.

Miguel Falcão assinalou que a adesão da ESELx à candidatura do IPL ao PRR permitiu o financiamento de um conjunto de pós-graduações no montante global de cerca de quatrocentos e cinquenta mil euros. Dada a relevância do número em questão, sugeriu que fosse incluída mais informação. O conselheiro acrescentou ainda a necessidade de a informação sobre protocolos celebrados ser mais detalhada, permitindo assim melhor compreender a natureza dos mesmos, incluindo, por exemplo numa tabela, dados sobre entidades, finalidades e encargos dos vários intervenientes.

Por fim, o conselheiro questionou acerca da redução das propinas para os professores cooperantes, nomeadamente a ausência de informação sobre o impacto orçamental que tem, ou ainda, quantos beneficiam da medida. Com esta questão, e na suposição de que serão poucos os beneficiários desta medida, pretendeu sugerir que aquela disponibilidade orçamental fosse afetada a outros custos também relevantes.

Margarida Rodrigues sugeriu a inclusão do protocolo com a Associação dos Professores de Matemática.

2.5 - Apreciações sobre o ponto 5: Organização e gestão

Paulo Rodrigues considerou que no ponto 5.2 - Recursos Humanos - a informação dedicada aos funcionários não docentes é pouco clara e superficial, não permitindo compreender a evolução da sua atual composição e, consequentemente, avançar na sua resolução.

Jaden Gomes referiu que a divisão da sala 205 resultou num problema que é o de muitos alunos não terem cadeiras para se sentar e ainda a falta de programas informáticos adequados ao trabalho que realizam.

Miguel Falcão neste ponto realçou a elevada qualificação do pessoal docente e não docente, evidenciada no relatório e assinalou aspetos para reflexão a ser tida com outros órgãos da ESELx, questionando se o Conselho de Gestão do IPL terá conhecimento de que a não autorização de utilização do programa para geração e gestão de horários trouxe um notório impacto negativo no arranque e funcionamento do atual ano letivo, para além de ter provocado um atraso significativo na contratação de professores. Sobre a desmaterialização dos atos administrativos e académicos, considerou positivos os avanços, ainda que resultem numa excessiva burocratização do trabalho docente, a par da sobrecarga dos funcionários não docentes.

Sobre esta última ideia, Bianor Valente reforçou a falta de qualidade das condições de trabalho dos funcionários não docentes.

Joana Campos corroborou esta ideia, considerando que as condições profissionais e laborais dos funcionários dos Serviços Académicos são inaceitáveis, no plano profissional e laboral, com prática corrente de trabalho no período pós-laboral (noite) e fim-de-semana, indo muito para além do normal horário diário de trabalho. Tiago Almeida reforçou a ideia referindo-se aos efeitos dos pedidos de mobilidade dos funcionários, assinalando a importância de se considerar a resolução dos problemas que têm levado a alguns dos pedidos.

Bianor Valente acrescentou que a necessidade se prende não apenas com o aumento de número de funcionários, mas também com a definição de perfis. Reforçou ainda a importância de ser continuada a automatização e eficácia de procedimentos, por forma a melhorar as condições de trabalho de todos e reduzir as necessidades.

Miguel Falcão acrescentou que o número reduzido de funcionários deverá também ser mais bem explicado no relatório, nomeadamente os procedimentos para a sua substituição. Recordou que, apesar das iniciativas das presidências da ESELx anteriores, não têm sido autorizados concursos externos, o que agrava a situação.

Susana Torres corroborou as intervenções anteriores, assinalando que a falta de objetivos e perfis definidos, faz com que o trabalho de muitos funcionários não seja planificado, o que agrava a situação. A conselheira considera que neste relatório o trabalho dos funcionários não está refletido no seu pleno exercício, considerando que aqueles superaram as metas definidas. Esta questão relativa ao trabalho desenvolvido pelos funcionários não docentes dos Serviços Académicos e a notória degradação das

condições em que desenvolvem a sua atividade diária foi unanimemente apontada pelos conselheiros.

2.6 - Apreciações sobre o ponto 6: Orçamento

Tiago Almeida considerou que neste ponto do documento há aspetos que não são claros, dando o exemplo da Tabela 12, que sugere que seja revista, na qual as verbas recebidas no âmbito dos projetos são alocadas de forma pouco clara, sem que haja um critério evidenciado.

Miguel Falcão perguntou sobre a afirmação relativa ao saldo ilíquido apresentado na página 42 do relatório.

Bianor Valente assinalou que há um conjunto de aspetos que condicionam a gestão financeira e impedem que a instituição aproveite ao máximo as condições orçamentais. Sobre esta secção do relatório considera que há informação pouco esclarecedora, sem que se entenda que verbas são alocadas em algumas das rubricas. A conselheira indicou ainda que na subsecção sobre Infraestruturas, espaços e equipamentos, é apresentada uma lista extensa de atividade realizadas, designadamente aquisições de materiais e recursos diversos, questionando sobre o que aconteceu neste ano para que tenha sido possível fazer tantas aquisições e dar resposta a tantos problemas, há muito existentes na instituição.

Paulo Rodrigues referiu que esta secção do relatório merecia uma conceção estrutural e uma apresentação de informação mais robustas e esclarecedoras.

Laurence Vohlgemuth assinalou que as condições laborais dos docentes contratados em tempo parcial têm vindo a degradar-se gradualmente, considerando que tal deva ser objeto de reflexão e assinalado à presidência da ESELx e de outros órgãos.

Terminada a apresentação e discussão do documento por pontos, Margarida Rodrigues sugeriu que o documento fosse colocado à votação, na versão atual, com envio posterior de sugestões, para o relator. O conselho aprovou a proposta de Margarida Rodrigues. O Relatório de Atividades da ESELx de 2021 foi aprovado com 5 votos em branco e 9 votos a favor.

Miguel Falcão pediu esclarecimento sobre a data de pedido do Plano Anual de Atividades e respetivo orçamento para 2022, assim como do Plano de Desenvolvimento Plurianual da ESELx, a apresentar pela presidência que tomou posse no decurso do

presente ano civil. Nuno Ferreira esclareceu que o pedido foi feito, embora não tenha havido ainda entrega do mesmo. Os conselheiros consideraram que deve ser reforçado o pedido do Plano de 2022 a par do Plano de 2023, com brevidade.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada esta ata que será assinada pelo Presidente e por mim, que a secretariei.

Escola Superior de Educação de Lisboa

19 de outubro de 2022

O Presidente do Conselho de Representantes

A secretária

